

## **A organização de espaços e fluxos de informação do terceiro setor no Brasil: O Mapa das OSC como ferramenta de Comunicação Pública<sup>1</sup>**

Camila ESCUDERO<sup>2</sup>

Universidade Metodista de São Paulo, SP, e  
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), RJ

### **RESUMO**

O Mapa das Organizações da Sociedade Civil (Mapa das OSC) é uma plataforma *online*, georreferenciada, de transparência pública, que reúne informações das 815.676 OSCs em atividade no território brasileiro, provenientes de bases públicas. A partir de dados disponibilizados na plataforma, é possível conhecer características, formas de gestão, atuação e sustentabilidade das organizações da sociedade civil que compõem o terceiro setor do país. Assim, o presente estudo busca compreender o Mapa como um instrumento de Comunicação Pública (CP). Para isso, propomos uma pesquisa-ação com reflexão teórica ancorada no próprio conceito de CP. Entre os principais resultados, destacamos o papel institucional e de utilidade pública da CP, que remete à responsabilidade dos atores sociais envolvidos, com potencial impacto em processos decisórios e de ação, e ao conjunto da sociedade e seu funcionamento a partir da defesa de preceitos mais amplos, de cidadania e democracia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação Pública; Mapa das OSC; Organização da Sociedade Civil; Participação Social; Cidadania.

### **1. Introdução**

É fato que a democracia no Brasil se encontra em constante desenvolvimento e processos de aprimoramento. Desde o fim do período do Regime Militar (1964-1985) e a implantação da Constituição de 1988, são notórios os avanços não só na garantia de direitos sociais, econômicos, políticos, ambientais, culturais do cidadão, mas, também, no fortalecimento das instituições e da própria sociedade civil e suas formas de organização e participação.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e-mail: [camilaescudero@uol.com.br](mailto:camilaescudero@uol.com.br).

---

A Comunicação pública acompanhou esse cenário de evolução, paralelo, ainda, ao próprio avanço e popularização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). As estratégias comunicativas envolvendo os diversos atores sociais foram aperfeiçoadas, os instrumentos e ferramentas, diversificados, e a transparência e o compromisso com a cidadania intensificados. Exemplos ilustrativos e disseminados nesse sentido são a Lei da Transparência (LC 131/2009)<sup>3</sup> e a Lei de Acesso à Informação (12.527/2011)<sup>4</sup>. A primeira, complementar, obriga entidades públicas a divulgar sua receita e despesa no prazo máximo de 24h em um *website*; já a segunda permite que qualquer pessoa que esteja interessada em informações de ordem pública solicite documentos ao respectivo órgão fazendo o pedido sem necessidade de justificativa.

E ainda que haja nessa dinâmica retrocessos ou lacunas para aperfeiçoamentos, nota-se aspectos de inovação que contribuem para a reconfiguração de espaços tradicionais públicos e formas de participação, organização e expressão social, envolvendo a disseminação e o tratamento das informações de interesse público. Gerar comunicação de qualidade “implica criar uma cultura de comunicação que perpassa todos os setores envolvidos com o interesse público, o compromisso do diálogo em suas diferentes formas e de considerar a perspectiva do outro na busca de consensos possíveis e de avançar na consolidação da democracia” (DUARTE, 2007, p. 5).

Assim, o presente artigo tem como objetivo estudar o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (Mapa das OSC) como um instrumento de comunicação pública. Trata-se de uma plataforma *online*, georreferenciada, de transparência pública, que reúne informações das 815.676 OSCs em atividade no Brasil. Para isso, propomos uma pesquisa-ação baseada nas ideias de Tripp (2005). Segundo o autor, trata-se de um recurso metodológico para o estudo de uma situação social com vistas a melhorar a qualidade da ação dentro dela, em um processo continuado, sistemático e empírico fundamentado de aprimoração da prática. Como subsídios teóricos, nos apoiamos no próprio conceito de comunicação pública (CP).

O presente artigo está dividido em três partes, além desta Introdução. A primeira contém uma breve revisão de literatura sobre o conceito de CP, suas origens, desenvolvimento e aplicações. A segunda apresenta o Mapa das OSC, detalhando seus

---

<sup>3</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm). Acesso em 17. jun. 2022.

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: 17 jun. 2022.

---

modos de constituição e funcionalidades, bem como o retrato informacional propiciado pela plataforma sobre o terceiro setor no país. Nas Considerações Finais, relacionamos ambas as partes anteriores, no intuito de discutir os principais pontos, enfatizando o papel da comunicação no acompanhamento do protagonismo da sociedade organizada no território brasileiro para o desenvolvimento democrático.

## **2. A Comunicação Pública**

É consenso entre alguns autores da temática (KUSNCH, 2012; DUARTE, 2007; KOÇOUSKI, 2012; BRANDÃO, 2007) que o conceito de Comunicação Pública (CP) é complexo, transversal, e vem se desenvolvendo ao longo dos anos a partir de múltiplas abordagens teóricas e reflexivas sobre sua prática social e profissional nas diferentes áreas da Comunicação. Além disso, trata-se de um termo relativamente novo, que começou a ser discutido nos anos 1980, na Europa (OLIVEIRA, 2012).

No Brasil, tem origem na noção de comunicação governamental, que, resumidamente, é utilizada para definir os fluxos de informação e padrões de relacionamento envolvendo gestores estatais e sociedade (DUARTE, 2007). Tal referência, somada à dificuldade de se distinguir o “público” do “estatal” e a fronteira entre “público” e “privado”, pode criar, em um primeiro momento, incertezas sobre sua aplicação. No entanto, isso parece ter sido superado a partir do momento em que o conceito é visto de maneira mais ampla, girando em torno de questões sobre interação e informação de interesse coletivo.

[A CP] implica várias vertentes e significações, podendo-se entendê-la, basicamente, segundo estas quatro concepções básicas: comunicação estatal; comunicação da sociedade civil organizada que atua na esfera pública em defesa da coletividade; comunicação institucional dos órgãos públicos, para promoção de imagem, dos serviços e das realizações do governo; e comunicação política, com foco mais nos partidos políticos e nas eleições (KUNSCH, 2012, p. 17).

Assim, é possível afirmar que a CP se identifica, simultaneamente, a conceitos como Comunicação Organizacional, Comunicação Científica, Comunicação do Estado e/ou Governamental, Comunicação Política e Comunicação da Sociedade Civil Organizada (BRANDÃO, 2006). Porém, é guiada pela ideia central de que se trata de um

processo comunicativo entre Estado, governo e sociedade, mobilizado pelo interesse público, com propósitos de informar para a cidadania e a democracia. “A idéia-chave talvez seja a de espírito público, o compromisso de colocar o interesse da sociedade antes da conveniência da empresa, da entidade, do governante, do ator político (DUARTE, 2007, p. 3).

*Comunicação pública* é uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade. Ela tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos (KOÇOUSKI, 2012, p. 92).

Segundo Duarte (2007), em um processo de CP, as informações podem ser agrupadas em: institucionais, de gestão, de utilidade pública, de prestação de contas, de interesse privado ou mercadológico e de dados públicos. Além disso, de acordo com o autor, os públicos de interesses são diversos, entre eles: membros internos do aparelho estatal (autoridades, gestores, servidores etc.), usuários de produtos e serviços, formadores de opinião, atores sociais e políticos, imprensa e cidadão comum. Como pré-requisito para sua efetivação, o autor ainda estabelece:

- a) transparência:** diz respeito a assumir compromisso com a atuação responsável no trato com as questões públicas, incluindo a oferta de informações, estímulo ao acesso, facilitação da fiscalização e a prestação de contas. Implica, também, a noção de assumir ferozmente a incorporação de valores éticos por todos os agentes públicos envolvidos;
- b) acesso:** a sociedade deve ter facilidade de obter informações, ser estimulada e orientada a buscá-las, a dar sua opinião, a fiscalizar e a influir na gestão daquilo que é público. [...];
- c) interação:** significa a criação, manutenção e fortalecimento de instrumentos de comunicação que viabilizem fluxos bi ou multilaterais, onde sejam respeitadas premissas para um diálogo equilibrado, simétrico, em que todos os envolvidos tenham igual direito e oportunidade de falar e ser ouvidos. [...]; e
- d) ouvidoria social:** o interesse em conhecer e compreender a opinião pública e os diversos segmentos que a compõem é pressuposto para o atendimento às expectativas da sociedade (DUARTE, 2007, p. 7).

Destaca-se, por fim, a importância da existência de uma política global de comunicação, especialmente, da parte estatal, que considere, não só o acesso à informação, mas a garantia de participação e organização. Por outro lado, é preciso chamar a atenção, ainda, para a necessidade da mobilização social nesse processo, guiada pela ação política na defesa da cidadania em um contexto democrático. “Comunicação pública é parte integrante da vida política da sociedade, como tal, ela não é um poder em si, mas o resultado do poder do cidadão quando organizado e constituído como sociedade civil” (BRANDÃO, 2007, p. 30).

### **3. O Mapa das OSC e as informações para o conhecimento do terceiro setor no Brasil**

O Mapa das Organizações da Sociedade Civil<sup>5</sup> é uma plataforma *online*, georreferenciada, de transparência pública. Foi lançado em 2016, com base no Decreto Federal 8.726, que regulamenta a Lei Federal 13.019 (BRASIL, 2014), conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)<sup>6</sup>. Tem como objetivos principais: dar transparência à atuação das OSC, principalmente às ações executadas em parceria com a administração pública; informar mais e melhor sobre a importância e diversidade de projetos e atividades conduzidas por essas organizações; disponibilizar dados e fomentar pesquisas sobre OSC; acompanhar a implementação do MROSC na União, estados, Distrito Federal e municípios; e apoiar os gestores públicos na tomada de decisões sobre políticas públicas que já têm ou possam ter interface com OSC.

Gerenciado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Mapa é abastecido a partir de duas frentes: um sistema informatizado que capta, limpa, sistematiza e disponibiliza informações provenientes da base de dados públicas, especialmente, a da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e a da Relação Anual

---

<sup>5</sup> Disponível em: [www.mapaosc.ipea.go.br](http://www.mapaosc.ipea.go.br).

<sup>6</sup> A Lei 13.019/2014 entrou em vigor para a União, estados e Distrito Federal em janeiro de 2016 e, para municípios, em janeiro de 2017. Trata-se de um conjunto de medidas voltado para o aperfeiçoamento da relação entre as OSC e o Estado que estabelece um regime jurídico para celebração de parcerias, estimula a gestão pública democrática e valoriza as organizações enquanto parceiras na garantia e efetivação de direitos.

---

de Informação Social (Rais), em atualizações periódicas<sup>7</sup>; e informações que a própria OSC insere, mediante cadastro de representante, conforme seus interesses.

Os dados são disponibilizados a qualquer usuário via *web*, em formato de lista (visualizada *online* ou disponível para *download* em Excel) ou na página individual de cada organização – o sistema gera gratuitamente um *uniform resource locator* (URL) próprio para cada OSC –, organizada a partir de um formulário com campos de preenchimento. As informações reunidas sobre cada uma delas são as mais variadas possíveis: localização, finalidades de atuação, natureza jurídica, número de funcionários, dados sobre recebimento de recursos públicos etc. O CNPJ<sup>8</sup> é a chave de todo o processo de indexação, revelando que só as instituições constituídas formal e juridicamente são incluídas, levando em consideração os critérios:

1. Privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado.
2. Sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins.
3. Institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas.
4. Autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades.
5. Voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores (PEREIRA; ANDRADE, 2021, p. 6).

É a partir dos dados presentes na plataforma, referentes a até novembro de 2020, que expomos o perfil das OSCs em atividade no Brasil, na sequência.

### 3.1. O perfil das OSCs no Brasil

---

<sup>7</sup> Essa atualização periódica é sistematizada “por meio de filtros de natureza jurídica, classificação de atividade econômica e busca textual nos campos de razão social e nome fantasia, constituindo um algoritmo de identificação de OSCs. Esse algoritmo, a cada edição do MOSC, é revisado, aprimorado e sua metodologia de cálculo é divulgada no site do MOSC e por meio de publicações” (PEREIRA; ANDRADE, 2021, p. 4).

<sup>8</sup> O CNPJ é um número único que identifica uma pessoa jurídica e outros tipos de arranjo jurídico sem personalidade jurídica (como condomínios, órgãos públicos, fundos) junto à Receita Federal brasileira (órgão do Ministério da Economia). Criado em 1998, por intermédio da Instrução Normativa SRF nº 27/1998, compreende as informações cadastrais das entidades de interesse das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (RECEITA FEDERAL, 2022).

Até novembro de 2020, havia 815.676 organizações da sociedade civil com CNPJs ativos no país, sendo que 37.157 foram criadas apenas em 2019 e 2020 (MAPA, 2022). O número retrata um aspecto do terceiro setor amplo, heterogêneo, além de relevância conhecida em ações de interesse público. A distribuição das OSCs no território acompanha, em geral, a distribuição da população. A região Sudeste abriga 41,5% das organizações, seguida pelo Nordeste (24,7%), pelo Sul (18,4%), pelo Centro-Oeste (8,2%) e pelo Norte (7,2%).

**Número e percentual de OSCs, segundo Unidades da Federação, Brasil (2020)**

Unidade da Federação	Número	%
SP	164.663	20,2
MG	88.811	10,9
RJ	67.477	8,3
BA	57.285	7,0
RS	56.866	7,0
PR	50.585	6,2
SC	42.410	5,2
CE	33.462	4,1
PE	27.821	3,4
MA	25.486	3,1
GO	25.123	3,1
PA	23.135	2,8
ES	17.714	2,2
DF	15.756	1,9
PB	15.333	1,9
MT	13.982	1,7
PI	13.761	1,7
MS	12.043	1,5
RN	11.462	1,4
AM	11.080	1,4
AL	8.691	1,1
RO	8.258	1,0
SE	8.035	1,0
TO	7.906	1,0
AC	3.354	0,4
AP	3.116	0,4
RR	2.029	0,2
Sem informação	32	0,0
<b>Total</b>	<b>815.676</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Elaboração da autora a partir de dados do Mapa OSC (2022).

Vale registrar que todos os 5.570 municípios do país possuem pelo menos uma OSC. Em quantidade, os dois extremos aparecem no estado de São Paulo, sendo que a capital paulista registra 50.021 organizações e a cidade de Taquaral, no interior, apenas 3. Entre as capitais dos estados, depois de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília se destacam com maiores concentrações de OSCs: 26.207 e 15.756, respectivamente. Ressalta-se, entretanto, que, a localização da OSC exposta neste trabalho remete à localização de sua sede, ou seja, não é um indicativo de seu raio de atuação, uma vez que é usual a entidade ter sede em um município e atuar em outros, inclusive de outros estados, por exemplo.

As organizações que têm como finalidade desenvolvimento e defesa de direitos e interesses e as organizações com finalidade religiosas são os principais grupos de OSCs do país e representam mais de seis em cada dez organizações em atividade.

**Número e percentual de OSCs, segundo finalidade de atuação (macro e microáreas), Brasil (2020)**

Finalidade de atuação das OSCs		Número	Em relação à macroárea	Em relação ao total de OSC
Macroárea	Microárea			
Saúde		8.558	100,0	1,0
	Outros serviços de saúde	5.197	60,7	0,6
	Hospitais	3.361	39,3	0,4
Cultura e recreação		88.797	100,0	10,9
	Esportes e recreação	60.496	68,1	7,4
	Cultura e arte	28.301	31,9	3,5
Educação e pesquisa		29.469	100,0	3,6
	Educação infantil	8.931	30,3	1,1
	Outras formas de educação/ensino	6.763	22,9	0,8
	Ensino Fundamental	4.138	14,0	0,5
	Educação Superior	3.014	10,2	0,4
	Atividades de apoio à educação	2.475	8,4	0,3
	Ensino Médio	1.673	5,7	0,2
	Estudos e pesquisas	1.572	5,3	0,2
	Educação profissional	903	3,1	0,1
Assistência social		29.136	100,0	3,6
	Assistência social	29.136	100,0	3,6
Religião		241.620	100,0	29,6
	Religião	241.620	100,0	29,6
Associações patronais e profissionais		29.713	100,0	3,6
	Associações profissionais	15.898	53,5	1,9
	Associações empresariais e patronais	9.398	31,6	1,2
	Associações de produtores rurais, pescadores e similares	4.417	14,9	0,5
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses		292.700	100,0	35,9
	Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	292.700	100,0	35,9
		79.072	100,0	9,7



Outras atividades associativas	Associações em atividades não especificadas anteriormente	79.072	100,0	9,7
Outras organizações da sociedade civil		16.611	100,0	2,0
	Outras organizações da sociedade civil	16.611	100,0	2,0
<b>Total</b>		<b>815.676</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Elaboração da autora a partir de dados do Mapa OSC, 2022.

Vale destacar que as finalidades expostas foram estabelecidas com base nos princípios da atividade principal, estabelecidos pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

O conceito relacionado à ‘finalidade de atuação’ [...] está associado a um dos critérios definidos pela CNAE para classificar a principal atividade econômica de empresas ou de outras formas de organizações. Deve-se ressaltar que o critério de finalidade utilizado para caracterização de uma atividade econômica, em boa parte dos casos, é tratado pela CNAE de forma mais ampla e genérica, não possibilitando um maior nível de detalhamento das finalidades, necessário para compreender a forma de atuação das OSCs por meio dos dados disponíveis (LOPEZ, 2018, p. 36).

Na população de OSCs, 80,9% são associações privadas, ou seja, formada por um grupo de pessoas que reunidas procuram atingir um determinado fim sem viés comercial ou de lucro. Na sequência estão as organizações religiosas (17,4%), seguidas de uma pequena parte de Fundações privadas (1,5%), ou seja, instituições patrimoniais autônomas, mas sem proprietários ou sócios, que tem por finalidade atender uma ação de interesse público, de cunho social.

**Número e percentual de OSCs, segundo natureza jurídica, Brasil (2020)**

Natureza jurídica	Número	%
Associação Privada	660.010	80,9
Organização Religiosa	142.029	17,4
Fundação Privada	12.211	1,5
Organização Social	1.426	0,2
<b>Total</b>	<b>815.676</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Elaboração da autora a partir de dados do Mapa OSC, 2022.

**Número e percentual de OSCs, segundo natureza jurídica e finalidade de atuação (macroárea),  
Brasil (2020)**

Natureza jurídica	Macroárea	Número	Em relação à macroárea	Em relação ao total de OSCs
Associação Privada		660.010	100,0	80,9
	Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	289.343	43,8	35,5
	Religião	97.988	14,8	12,0
	Cultura e recreação	87.495	13,3	10,7
	Outras atividades associativas	78.199	11,8	9,6
	Associações patronais e profissionais	29.518	4,5	3,6
	Assistência social	27.780	4,2	3,4
	Educação e pesquisa	27.073	4,1	3,3
	Outras organizações da sociedade civil	15.012	2,3	1,8
	Saúde	7.602	1,2	0,9
Organização Religiosa		142.029	100,0	17,4
	Religião	141.788	99,8	17,4
	Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	121	0,1	0,0
	Educação e pesquisa	34	0,0	0,0
	Outras organizações da sociedade civil	34	0,0	0,0
	Outras atividades associativas	23	0,0	0,0
	Assistência social	21	0,0	0,0
	Cultura e recreação	4	0,0	0,0
	Saúde	3	0,0	0,0
	Associações patronais e profissionais	1	0,0	0,0
Fundação Privada		12.211	100,0	1,5
	Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	2.763	22,6	0,3
	Educação e pesquisa	2.238	18,3	0,3
	Religião	1.821	14,9	0,2
	Outras organizações da sociedade civil	1.509	12,4	0,2
	Assistência social	1.181	9,7	0,1
	Cultura e recreação	1.108	9,1	0,1
	Saúde	871	7,1	0,1
	Outras atividades associativas	557	4,6	0,1
	Associações patronais e profissionais	163	1,3	0,0
Organização Social		1.426	100,0	0,2
	Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	473	33,2	0,1
	Outras atividades associativas	293	20,5	0,0
	Cultura e recreação	190	13,3	0,0
	Assistência social	154	10,8	0,0
	Educação e pesquisa	124	8,7	0,0
	Saúde	82	5,8	0,0
	Outras organizações da sociedade civil	56	3,9	0,0
	Associações patronais e profissionais	31	2,2	0,0
	Religião	23	1,6	0,0
	<b>Total</b>	<b>815.676</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Elaboração da autora a partir de dados do Mapa OSC, 2022.

Com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) Ampliada<sup>9</sup>, o Mapa das OSC indica que quase 90% das OSCs não apresentam vínculos formais de emprego em 2020. Lopez (2018) considera que por meio dessa porcentagem é possível presumir que o universo das OSCs é massivamente formado por micro-organizações, mesmo considerando que o desconhecido número de trabalhadores voluntários e trabalhadores informais<sup>10</sup> possa atenuar essa característica. As OSCs das áreas de Saúde e Educação são as que mais registram vínculos formais de trabalho.

#### Número OSCs por quantidade de vínculos formais de trabalho ativos, Brasil (2020)

Quantidade de vínculos ativos	Número	%
Sem vínculos	731.251	89,6
1 a 2	33.483	4,1
3 a 4	12.139	1,5
5 a 9	12.504	1,5
10 a 49	9.045	2,3
50 a 99	3.488	0,4
100 a 499	3.034	0,4
500 e mais	732	0,1
<b>Total</b>	<b>815.676</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Elaboração da autora a partir de dados do Mapa OSC, 2022.

#### Número vínculos formais de trabalho ativos em OSCs, finalidade de atuação (macroárea), Brasil (2020)

Finalidade de atuação das OSCs (macroárea)	Número de vínculos	%
Saúde	862.141	36,9
Cultura e recreação	100.519	4,3
Educação e pesquisa	551.664	23,6
Assistência social	166.434	7,1
Religião	170.292	7,3
Associações patronais e profissionais	47.389	2,0

<sup>9</sup> “A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um cadastro administrativo, instituído pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975, de âmbito nacional, periodicidade anual e de declaração obrigatória para todos os estabelecimentos do setor público e privado, inclusive para aqueles que não registraram vínculos empregatícios no exercício. Em virtude da relevância e multiplicidade de informações de interesse social, a RAIS se constituiu em fonte primordial de dados estatísticos para acompanhamento e caracterização do mercado de trabalho formal no Brasil, além de subsidiar o pagamento de benefícios sociais e a formulação de políticas públicas” (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020, p. 2).

<sup>10</sup> “Há de se registrar que os dados da Rais indicam apenas os vínculos formais de trabalho, e, tal como em outros setores da economia, a fração de trabalhadores que exercem funções autônomas sem vinculação formal ao empregador pode ser expressiva” (LOPEZ, 2018, p. 55).

Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	313.069	13,4
Outras atividades associativas	69.441	3,0
Outras organizações da sociedade civil	57.458	2,5
<b>Total</b>	<b>2.338.407</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Elaboração da autora a partir de dados do Mapa OSC, 2022.

## Considerações finais

No presente trabalho, procuramos destacar algumas informações gerais e pontuais das OSCs estruturadas a partir do Mapa das OSC, na tentativa de demonstrar como uma ação de Comunicação Pública pode se colocar como uma importante ferramenta organizativa de espaços e fluxos de informação. Especificamente, no que diz respeito ao terceiro setor, ressaltamos questões referentes ao conhecimento das características, formas de gestão, atuação e sustentabilidade das organizações da sociedade civil – aspectos sempre considerados dentro de uma ampla e diversa agenda de iniciativas e desafios com potencial para influenciar o futuro da sociedade civil organizada no país.

Nesse sentido, é possível afirmar que o Mapa é uma ferramenta de Comunicação Pública. Ao reunir e democratizar o acesso aos dados públicos das 815.676 OSCs em atividade no território brasileiro, cumpre um papel institucional de utilidade pública, que remete à responsabilidade dessas entidades, com potencial impacto em processos decisórios e de ação dos agentes sociais envolvidos, e ao conjunto da sociedade e seu funcionamento, como um todo. Tal característica vai de encontro – conforme vimos na breve revisão de literatura no início deste trabalho – ao propósito da CP, tão bem identificado por Koçouski (2012, p. 92) de uma estratégia comunicativa direcionada ao interesse público, “a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade”.

Evidentemente, tal ferramenta não dá conta de preencher inúmeras lacunas referente à temática das OSCs. Além disso, um dos desafios consiste justamente no interesse das entidades de participarem de maneira mais efetiva da plataforma e de seus conhecimentos nos processos e importância de transparência e publicização de informações. No entanto, um primeiro passo foi dado. E se, por um lado, revela a capacidade de articulação, inteligência e inovação do Estado, por outro, demonstra, na

---

prática, que a CP só se efetiva de maneira transversal e integrada, ou seja, a partir de uma interação entre Estado, governo e sociedade mobilizados pelo interesse público.

Assim, a Comunicação Pública se revela como um conceito-chave na reflexão sobre a necessidade da criação de condições para a incorporação de uma concepção ampliada de espaços, territórios, atores e formas de participação social. De maneira prática, tem capacidade de agir para viabilização dos mais variados tipos de demandas coletivas. Resta avançar em estudos nessa área, que levem em consideração a realidade empírica, as distorções políticas e sociais do Brasil, e um regime democrático no qual os cidadãos tenham cada vez mais consciência dos seus direitos.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, J. **Comunicação pública: Estado, mercado e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007. p.1-33.

BRASIL. (2014). Lei 13.019, de 31 de julho de 2014. **Marco regulatório das organizações da sociedade civil**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República.

DUARTE, J. Comunicação Pública. In: LOPES, Boanerges (Org.). **Gestão da Comunicação Empresarial: teoria e técnica**. São Paulo: Mauad, 2007. Disponível em: [http://www.comunicacaoecrise.com/pdf/Comp%FABlicaJDuartevf\\_0.pdf](http://www.comunicacaoecrise.com/pdf/Comp%FABlicaJDuartevf_0.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022.

KOÇOUSKI, M. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, H. (Org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 70-96.

KUNSCH, M. M. K. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, H. (Org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 13-30.

LOPEZ, F. G. (Org.). **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

MAPA DAS OSC. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2022. Disponível em: <http://mapaosc.ipea.gov.br>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Ano-base 2019. Brasília, 2020. Disponível em: [http://pdet.mte.gov.br/images/RAIS/2019/2-Sum%C3%A1rio\\_Executivo\\_RAIS\\_2019.pdf](http://pdet.mte.gov.br/images/RAIS/2019/2-Sum%C3%A1rio_Executivo_RAIS_2019.pdf). Acesso em: 01 jun. 2022.

---

OLIVEIRA, M. J. da C. Comunicação organizacional e comunicação pública. In: MATOS, H. (Org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 31-52.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Brasília, Governo Federal, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

RIBEIRO, A. C.; ANDRADE, P. G. **Por dentro do Mapa das OSCs: Metodologia da base de dados (Versão 2021)**. Nota técnica n. 56. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2021. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10955/1/NT\\_56\\_Diest\\_PorDentroVersao2021.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10955/1/NT_56_Diest_PorDentroVersao2021.pdf). Acesso em: 01 jun. 2022.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.